Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 254/X

CRIAÇÃO DE GABINETES E LINHA VERDE DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DAS PRAXES E DE APOIO ÀS VÍTIMAS DESSAS PRÁTICAS

Os casos de violência associados à praxe têm-se multiplicado. A praxe tem sido, com efeito, um lugar de excepção onde todas as violências são permitidas.

Esta semana, o país foi confrontado com as consequências dramáticas de mais dois casos ocorrido numa praxe. Um estudante da Escola Superior Agrária de Coimbra ferido a 28 de Novembro, ficou paraplégico. A escola lamentou o ocorrido, o Ministro apelou à responsabilidade das instituições mas, aparentemente, tudo ficou na mesma.

Um outro aluno, em Elvas, também ficara paraplégico depois de um acidente no âmbito das actividades da praxe. Os organizadores das praxes negaram qualquer responsabilidade e fizeram saber que "só participa quem quer".
Estes casos, tão recentes, vêm somar-se a lista longa de violências, das quais conhecemos apenas a ponta pública do iceberg.

O caso de Ana Sofia Damião, que denunciou em 2003 as agressões de que tinha sido alvo durante a praxe no Instituto Piaget de Macedo de Cavaleiros colocou também o problema na agenda mediática. Contudo, o desenvolvimento deste caso, em que o inquérito feito pelo Instituto concluiu que terá havido "exageros" e que decidiu

sancionar os agressores e a agredida de igual forma, acabou por revelar que há uma tendência para a protecção corporativa destes acontecimentos que legitima o abuso e inibe as denúncias.

Em Março de 2003, é feita mais uma denúncia pública. Ana Santos, da Escola Superior Agrária de Santarém, fez uma queixa na polícia e escreveu uma carta ao Ministério do Ensino Superior. O presidente do Conselho Directivo abriu um inquérito, mas faz saber, no momento em que o anunciou, que também tinha recebido "bosta no corpo" nos seus "tempos de estudante" e que essa era uma tradição da escola.

Um ano depois, a imprensa deu a conhecer mais um caso preocupante. Diogo Macedo, da Universidade Lusíada de Famalicão, morreu no hospital depois de uma praxe, que ninguém explicou. A Universidade Lusíada terá alegadamente ameaçado de expulsão qualquer aluno que prestasse declarações à jornalista que investigava o assunto. O silêncio escondeu a história. O processo judicial, movido pela mãe, tinha já sido arquivado.

Estes casos sucessivos resultam de uma cultura de violência que faz da hierarquia o modo de relação entre as pessoas e que faz da obediência a obrigação absoluta dos mais fracos.

A banalização da praxe como a única forma de receber os estudantes no ensino superior e os mecanismos que a instituem informalmente como "obrigatória" na prática em muitas escolas reforçam a violência desta prática.

Contudo, como é evidente, a maioria dos estudantes não gosta da humilhação. Em Fevereiro de 2006, um estudo feito pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) aos alunos do 1º ano da licenciatura em Sociologia revelou que a esmagadora maioria dos estudantes consideram que a praxe "dura demasiado tempo, é intensa, humilhante, degradante, cansativa, geradora de problemas de saúde e prejudicial para a organização da vida pessoal e do estudo".

Num estudo de que a imprensa deu notícia em Maio do mesmo ano, feito por uma equipa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, um inquérito

realizado mostrou que 72% dos estudantes acham que a praxe deve ser facultativa e que 68% considera que se deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica.

No entanto, as denúncias escasseiam e são, muitas vezes, inibidas pelas instituições. Assim, os sinais políticos que possam ser dados assumem-se como extremamente relevantes para começar a combater a vergonha de falar e o isolamento.

A violência da praxe existe porque há um sistema de poder que a sustenta. É urgente, portanto, combater à cultura da obediência e discriminação que é o sustentáculo do abuso. A violência associada à praxe banaliza-se com a complacência e a cumplicidade das instituições, o encobrimento dos responsáveis políticos, a ridicularização de quem tem a coragem de denunciar as agressões.

Tal como se desenvolveram medidas em relação a outras formas de violência encobertas e silenciadas socialmente, é preciso criar mecanismos direccionados para o combate à violência que resulta das praxes. A arbitrariedade como regra e a imposição de todas as violências com a impunidade garantida não pode continuar, porque o respeito, a recusa das discriminações e o Estado de Direito não podem ficar às portas das instituições do Ensino Superior.

Por isso mesmo, as instituições devem responsabilizar-se pela recepção e a informação dos novos alunos, logo no início do ano e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior deve criar mecanismos de apoio psicológico e jurídico para as vítimas dos abusos, que se consubstanciem na existência de gabinetes aonde os estudantes possam dirigir-se para denunciar situações, receber o apoio de que necessitem e ser auxiliados na prossecução em termos judiciais das queixas relativas a esta matéria.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais, a Assembleia da República, reunida em plenário, delibera recomendar ao Governo:

1 – A criação de gabinetes de apoio aos estudantes, em cada cidade onde existam instituições de ensino superior;

2 - A disponibilização de uma linha telefónica nacional e gratuita para alerta, denúncia e atendimento dos estudantes;

3 – A disponibilização de recursos de acompanhamento psicológico e jurídico às vítimas.

Palácio de S. Bento, 13 de Dezembro de 2007.

Os Deputados e as Deputadas do Bloco de Esquerda: